**Greves**

Um dos temas recorrentes na comunicação social das últimas semanas é o da “greve”: hoje de uns, amanhã de outros; confirmada por estes, anunciada por aqueles; planeada por alguns, arremessada por muitos… “Greve” parece ser a palavra de ordem deste verão antecipado!

Não é, porém, da palavra que nos ocupamos, não obstante o interesse da sua origem: de etimologia francesa, a *grève* designa o “cascalho” ou o “seixo”, considerando-se que se reporta a uma praça de Paris com este nome – *place de la grève* – por ser pavimentada com gravetos, e na qual, no século XVIII, se concentrariam muitos operários, ou aguardando a contratação para trabalhar – segundo uns – ou reclamando por melhores condições de trabalho – segundo outros.

A origem da palavra não é clara, a condizer afinal com a origem das greves que ainda hoje também raramente o é nas suas razões ou objectivos. O que é mesmo do conhecimento comum é que a greve designa uma suspensão colectiva do trabalho, visando obter benefícios de longa duração para os profissionais através da imposição de prejuízos de curta duração aos cidadãos, e tendo (supostamente) por finalidade última o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Fiel ao significado conceptual do termo, tenderia agora a afirmar que, de repente, em Portugal, nestas últimas semanas, eclodiu uma epidemia de reivindicações de benefícios laborais, cuja facilidade de contágio a tem feito alastrar aos mais diversos sectores. Entre greves realizadas e anunciadas, marcadas e desconvocadas há-as para todos os gostos: desde a dos juízes, cujo direito à greve parece ser constitucionalmente duvidoso, à dos professores os quais, por mera coincidência, marcaram a greve para o primeiro dia de exames nacionais, passando pela dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e dos inspectores da ASAE, dos tripulantes de cabine da SATA ou dos trabalhadores da AMARSUL…

As reivindicações são muito diversas e francamente prolixas e ainda – importa reconhecer – por vezes bem engenhosas para, sob a exigência de condições adequadas para melhor servirem os cidadãos, numa lógica do politicamente correcto que grangeia o apoio dos mais distraídos, ocultarem o aumento de ordenados e das regalias sociais, sempre numa lógica corporativista que ameaça acentuar desequilíbrios sociais. Afinal, são os sectores laborais que mais prejuízos conseguem causar à sociedade que mais facilmente obtêm benefícios próprios, subsistindo muitos outros sectores igualmente ou mais carenciados de condições condignas de trabalho que permanecem esquecidos da acção governativa.

A greve é um direito que, como todos os demais, impõe deveres, obrigações, responsabilidades sendo a primeira a de negociar de boa fé e com realismo social e económico, nunca perdendo de vista que as profissões não se servem a si próprias, mas à sociedade que as reconhece como úteis, e para cujo desenvolvimento contribuem, assumindo a sua responsabilidade social.

Não há novidade nas minhas palavras. Bem o sei. E ainda bem que assim é porque significa que todos reconhecemos a necessidade do direito à greve e reprovamos o abuso ou desvirtuamento na sua utilização.

E é precisamente neste contexto consensual que surge a minha perplexidade relativamente aos mais recentes pré-avisos de greve. Responsáveis políticos, fazedores de opinião, jornalistas e cidadãos ilustrados comentam entre si, com a naturalidade de quem reitera o óbvio, que a onda de ameaças de greve que assola o nosso país constitui uma prova de vida dos sindicados afectos à CGTP-Intersindical, articulados com o Partido Comunista, como estratégia de destabilização social e de pressão eleitoral tendo em vista as eleições autárquicas, em que o PCP tem de segurar o poder local que detém e mesmo de o reforçar, afirmando-se finalmente frente ao Bloco de Esquerda, sem implantação local, no desconchavo da “geringonça”… E os sindicatos prestam-se a este serviço? E os trabalhadores dos vários sectores arrastados para esta luta por protagonismo político-partidário aceitam ser marionetas de interesses que não são os seus? Ou talvez qualquer meio seja dito válido para obter benefícios próprios? E parece que para todos a utilização da greve como estratégia político-partidária eleitoralista, assim hoje reconhecida, é normal e aceitável… Não.

Só a responsabilidade social legitima o exercício da greve.

*M. Patrão Neves*

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)